

IDENTIDADE NACIONAL: A NEGAÇÃO DO FASCISMO PELOS BRASILEIROS DO SÉCULO XXI

NATIONAL IDENTITY: THE BRAZILIANS DENIAL OF FASCISM IN XXI CENTURY

Eliza Militz de Souza, eliza_militz@hotmail.com

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS

Submetido em 10/05/2016

Revisado em 20/07/2016

Aprovado em 10/08/2016

Resumo: Este artigo resulta do desenvolvimento de uma pesquisa acerca das características do fascismo presentes em discursos de alguns políticos e parte da população no Brasil em pleno século XXI, partindo principalmente de uma ideia de identidade nacional, o não reconhecimento de que suas ideias e modo de agir são fascistas, os problemas da educação "bancária" neste sentido e a influência da mídia hegemônica do país.

Palavras-chave: Identidade Nacional, fascismo, educação

Abstract: This article results from a research about the fascism characteristics present in some speeches of politicians and general people of Brazil in XXI century, starting mainly from the idea of national identity, the not-recognition as fascists of their way of act, the problems of "banking" kind of education and the influence of hegemonic media in the country.

Key-words: National Identity, fascism, education

Considerações iniciais

Este trabalho, que está vinculado ao projeto “História Intelectual, Historicidade e Processos de Identificação Cultural” e apoiado pelo PIBIC-CNPq, visa realizar uma análise e explicitar os motivos pelos quais há a negação da presença dos ideais fascistas nos discursos proferidos por lideranças políticas que são apoiadas por uma grande parcela da população – não só da elite, mas da classe média e baixa – que também reproduz estes discursos, sobretudo quando se relaciona o conceito de fascismo com uma ideia de identidade nacional.

É comum nos depararmos com discursos de ódio no Brasil atual que são extremamente nacionalistas, favoráveis à redução da maioridade penal, pena de morte, racismo, homofobia, xenofobia, contrários à liberdade religiosa do “outro” etc. Tais discursos são proferidos por cidadãos que consideram-se o “povo brasileiro” de fato, em detrimento dos que não fazem parte deste grupo.

A ideia de identificação cultural destes indivíduos é construída a partir da nação, ou seja, identificam-se como brasileiros como se fosse algo natural. Porém, autores como Stuart Hall e Benedict Anderson contestaram esta ideia, afirmado que a identidade nacional é algo construído, de modo que a nação é um “sistema de representação cultural” (HALL, 2015) ou uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, B., 2008).

Devido à ausência de uma relação entre fascismo e construção da identidade nacional, o nazismo e, mais precisamente o Holocausto, é explicado por seu caráter de “germanidade” por uma parte da civilização moderna que não deseja ter uma parcela de responsabilidade pelo ocorrido. Zygmunt Bauman (1998) afirma que o Holocausto foi o “horrendo, mas legítimo produto” da civilização moderna, portanto o fascismo, o nazismo, a solução final, não são de responsabilidade exclusiva da Alemanha, mas de todos os seres humanos da modernidade.

Assim, a construção de uma identidade contemporânea para o brasileiro, levando em consideração o caráter conservador de alguns setores da sociedade, não isentam, nesta perspectiva, a formação de ideologias fascistas dentro da nação.

Desta maneira, a metodologia para a realização deste trabalho será a revisão bibliográfica acerca do assunto e a análise dos discursos e ações de lideranças políticas e da população brasileira em geral no seu cotidiano a partir de notícias e reportagens da mídia hegemônica do país, apontando algumas questões fundamentais sobre educação, utilizando autores que tratam da educação “como prática da liberdade” (FREIRE, 2005), tendo sempre em vista a construção do conhecimento e a noção de processo e do devir histórico.

O fascismo e a civilização moderna

Fascistas! – expressão utilizada como forma de desqualificar certos discursos, usada, até mesmo, como xingamento em momentos de disputa política na conjuntura atual do Brasil. Assim como a expressão “Comunistas!”. Ora, tais expressões são usadas para desprezar formas de pensar e agir justamente porque foram regimes estatistas que desmoronaram extremadamente na Europa do século XX (MANN, 2008).

Ao classificar alguém como fascista atualmente, corre-se o risco de considerar o posicionamento político, o discurso e as ações de tal pessoa como algo absurdo, a ser desqualificado, ridicularizado e não levado a sério. Porém, é necessário ter em mente que o fascismo, apesar de nos deixar horrorizados e temerosos, não é algo que representa uma volta no tempo e faz o resgate das características mais “primitivas” do ser humano. O fascismo é parte essencial da modernidade, portanto, deve ser levado a sério.

Para uma melhor compreensão do que foram os regimes fascistas que surgiram na Europa do século XX, pode-se caracterizá-los como antidemocráticos, antiliberais, antisemitas, nacionalistas, anticomunistas (aqui estão incluídas todas as formas de resistência por parte da esquerda) e paramilitares¹. Mas, mais do que isso, o fascismo é uma forma de pensar e agir,

¹ Termo usado por Michael Mann (2008) para classificar a militância fascista que estava comprometida com a perseguição e violência nas ruas. Eram organizações que se utilizavam de táticas militares, porém não estavam ligadas ao Estado. Por isso, paramilitares.

independentemente do tipo de governo e regime em que se vive. Conforme escreve Michael Mann: “Não creio que novos movimentos venham a chamar-se fascistas, designação hoje tão detestada. Mas o fato é que a essência do fascismo continua viva.” (MANN, 2008, p. 15).

Mas por qual motivo a civilização moderna carrega este “fardo”? Por que o fascismo surgiu e está intrínseco justamente ao período histórico em que a humanidade passou, de maneira geral, a utilizar a razão como forma de construção de conhecimento, questionando fundamentos da Igreja católica que ditavam a forma de agir e pensar das sociedades ocidentais, em que houve o fortalecimento do pressuposto de igualdade, Revoluções Industriais que trouxeram consigo grandes inovações tecnológicas e científicas, transformações sociais, políticas e econômicas bastante acentuadas?

Foi também na modernidade, especialmente no século XX, em que aconteceram duas guerras mundiais que mataram milhões de pessoas. Só na Segunda Guerra Mundial, foram mais de vinte milhões. Conforme explica Hobsbawm (1995), foi no século XX em que mais pessoas morreram ou foram abandonadas à morte por vontade humana.

Bem, em primeiro lugar deve-se ressaltar o papel de uma nova sociedade industrial que acabara de surgir e que auxiliou na concretização destes regimes: para citar exemplos pode-se, primeiramente, analisar o caso da Itália, país onde surgiu o fascismo no início do século XX. Em fins do século XIX, existia uma burguesia interessada em investir cada vez mais na industrialização do país, aplicando o capital, que antes era direcionado à agricultura, nas indústrias. Dessa forma os camponeses acabaram tendo de migrar para as cidades, agora no papel de operários. Porém, a nova ordem social não os contemplou. Péssimas condições de trabalho, baixos salários e a difusão de ideais anarquistas e marxistas acabaram culminando em uma luta de classes bastante notória no país.

O país, então, acabava o século XIX e iniciava o XX com uma instabilidade política, social e econômica bastante grave. Manifestações do proletariado e das camadas médias eram duramente reprimidas pelo Estado até que os

movimentos operários consolidaram-se no Partido Socialista Italiano na década de 1890.

Toda essa sensação de obscuridade no país fez as elites temerem uma “revolução bolchevista” e a perda de seus privilégios e iniciarem uma perseguição aos seus “inimigos políticos” que aí estavam representados por todo e qualquer tipo de resistência de esquerda

Dessa maneira, o fascismo na Itália, como movimento de massas, resultou de uma aliança entre os fascistas e as elites para sua proteção conforme Mann (2008), mesmo que a propriedade privada e os lucros da burguesia não estivessem sob ameaça devido à derrota da esquerda revolucionária. Fica evidente como a sociedade industrial propiciou a ascensão destes movimentos que acabaram tornando-se regimes. Fica evidente que são resultado da modernidade.

Na Alemanha, país em que costuma-se pensar por primeiro quando falamos em regimes fascistas devido ao seu imenso número de assassinatos em massa, o “inimigo político” desencadeado a partir da crise que vivia a Europa, era um tanto diferente do que na Itália. O inimigo, apesar de possuir alvos em comum com a Itália, como a militância de esquerda ou “os comunistas”, era mais racial, conforme Mann (2008). Justamente por possuir uma grande área de fronteira para proteger de invasões, o “povo alemão” perseguia sobretudo judeus, ciganos e homossexuais. Qualquer sujeito que estivesse fora do padrão de “alemão” imposto pelos nazistas poderia ser um alvo. Dessa maneira, a Alemanha nazista acabou assassinando mais milhares de pessoas, afinal, os perseguidos não poderiam modificar sua etnia como poderiam forjar, aderir ou modificar seu posicionamento político.

É importante ressaltar que as modificações tecnológico-científicas, sociais e culturais que a modernidade trouxe não influenciaram apenas a forma de pensar politicamente de maneira extremada, mas também auxiliaram na projeção de mecanismos para o assassinato em massa, como ocorreu na Alemanha nazista.

O alto nível de burocratização da sociedade industrial europeia e especialmente na Alemanha tornou possível a execução da Solução Final ou o

Holocausto, algo que foi evidenciado por Bauman (1998). Na indústria, a responsabilidade do operário de realizar o seu trabalho da forma mais eficiente, preocupando-se, acima de tudo, com o seu emprego acabou gerando uma impessoalidade e um distanciamento dos trabalhadores como resultado final do seu trabalho. Ou seja, a burocratização e a velocidade do mundo industrial tiveram papel fundamental, uma vez que nenhum dos participantes tinha responsabilidade total pelo que estava sendo feito. Logo, sua atuação era uma atribuição do trabalho/emprego, seja na fabricação de roupas, alimentos, seja na produção de armas ou na projeção e construção ou mesmo no funcionamento das câmaras de gás na Alemanha. Além do mais, seus atos, por mais que representassem atrocidades, eram perdoados pelo Estado. Bauman fala sobre o trabalho especializado na Alemanha:

De mãos dadas com a arrogante autonomia relativa do funcionário condicionada por sua especialização funcional, vai a distância que o separa dos efeitos gerais do trabalho dividido, embora coordenado, da organização como um todo. Uma vez isolados de suas longínquas consequências, a maior parte dos atos funcionalmente especializados ou passa facilmente no teste moral ou é moralmente indiferente. (BAUMAN, 1998, p. 125)

É interessante ressaltar que o recorte temporal de que tratamos até agora (fins do século XIX e primeira metade do século XX) faz parte do mesmo período histórico em que vivemos atualmente. Fazemos parte desta mesma modernidade que tornou possível o Holocausto.

Quando falamos de Primeira e Segunda Guerras Mundiais, quando falamos de Holocausto, regimes fascistas ou tentativa de regimes totalitaristas na Europa, qualquer cidadão que não tenha minimamente a noção de tempo histórico, poderá considerar algo muito distante, tanto territorialmente quanto, sobretudo, temporalmente.

A noção de continuidade da história, dessa forma, é muito improvável de existir num sujeito que nunca tenha estudado de forma mais aprofundada os conteúdos de história ou, ao menos, que tenha apenas “recebido” uma educação bancária tradicional. Dessa maneira, a probabilidade de criticidade diminui

drasticamente ou, muitas vezes é quase nula. Isso facilita para que se considere o Holocausto ou a adoração do povo alemão por Hitler algo distante ou quase “de outro mundo”. Não estamos isentos de cometermos barbáries porque não somos alemães do século XX. Bauman também fala a respeito disso:

No entanto, esse exercício de explicar o crime por sua *germanidade* é um exercício que absolve todos os demais e, em particular, *tudo* o mais nele envolvidos. A implicação do que os que perpetraram o Holocausto foram uma ferida ou uma doença de nossa civilização – e não o seu horrendo mas legítimo produto – resulta não apenas no conforto moral da autoabsolvição, mas na terrível ameaça do desarmamento moral e político. Tudo aconteceu “lá” – em outra época, em outro país. Quanto mais culpáveis forem “eles”, mais seguros estaremos nós e menos teremos que fazer para defender essa segurança. Uma vez que a atribuição de culpa for considerada equivalente à identificação das causas, a inocência e a sanidade do modo de vida que tantos nos orgulhamos não precisam ser colocadas em dúvida. (BAUMAN, 1998, p. 14)

Mesmo que não seja algo pensado, voluntário ou consciente, a tentativa de distanciar-se destes acontecimentos traz uma comodidade muito grande, afinal, tais atrocidades aconteceram em uma sociedade e um mundo que “não é o meu”. Ou seja, além de eximir-se de responsabilidade, também há uma ideia de superioridade ao considerar-se mais civilizado do que quem viveu, apoiou ou fez parte daqueles regimes. Porém, está mais do que evidente que o fascismo e suas mais variadas formas de “solução” para os problemas e a criação de uma sociedade “perfeita” podem voltar a ocorrer, inclusive, no Brasil.

O fascismo no Brasil do século XXI

Para tratar dos fascistas no Brasil atual, pode-se iniciar falando a respeito dos discursos de alguns políticos eleitos e reeleitos em 2014. Mas, mais do que citar o discurso de ódio de alguns deles que atrai uma grande parcela dos conservadores, é necessário considerar o que falam a respeito da nação brasileira, lembrando que o nacionalismo exacerbado é uma das características essenciais do fascismo.

Em inúmeros pronunciamentos e discussões na Câmara e no Senado, procura-se desprezar e desqualificar as reivindicações feitas pelas minorias do país e pelos movimentos sociais de esquerda ao mesmo tempo que se exalta a nação e o povo brasileiro. Para certos deputados não faz sentido algum mulheres reivindicarem igualdade de direito entre os gêneros, ou a comunidade LGBTT lutar contra o preconceito, ou os negros lutarem pela igualdade racial no país, ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra lutar pela realização de uma reforma agrária, afinal todos estão dentro de uma mesma nação que encontra-se economicamente em crise e o Brasil deve estar acima das vontades pessoais. Ou seja, existe uma tentativa de desqualificar e silenciar a luta de classes e qualquer tipo de conflito e resistência que possa existir dentro do Brasil, considerando a população como algo indivisível que deve possuir os mesmos interesses.

Porém, aos desconstruir esses discurso sobre a nação, e a identidade do “povo brasileiro”, comprehende-se que é algo construído de acordo com os interesses de grupos da elite do nosso país. Stuart Hall fala a da cultura nacional:

Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-la numa identidade cultural, para representa-los todos como pertencendo à mesma grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? [...] Essa ideia está sujeita à dúvida, por várias razões. Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural. (HALL, 2015, p. 35)

O que Hall propõe é que a identidade é definida historicamente, e não biologicamente, apesar de parecer algo natural. Nós já nascemos brasileiros, mas o que vai definir a forma como vamos nos identificar e agir dentro da nação é a maneira como somos representados nos diversos sistemas culturais que nos rodeiam. Por exemplo, mesmo não tendo a cultura em comum, duas pessoas de estados muito distantes, como por exemplo Rio Grande do Sul e Ceará conseguem identificar-se devido a estes símbolos nacionais criados e impostos:

temos a mesma bandeira, a mesma língua, o mesmo hino, ou seja, temos o mesmo teto político que é o Estado-nação, mas possuímos culturas e interesses político-econômicos completamente diversos.

Dessa forma é possível compreender a quem serve o discurso de uma nação coesa e indivisível. Mas existe outro ponto que deve ser abordado a respeito do nacionalismo no discurso dos líderes políticos fascistas: eles não são nacionalistas cegos. O seu discurso nacionalista é muito mais uma forma de propaganda para atingir as massas do que uma crença na nação unida simplesmente.

O discurso nacionalista exacerbado é excludente. O que está nas suas entrelinhas é que existe um modelo padrão de povo brasileiro e quem não se encaixa neste modelo, mesmo sendo da nacionalidade brasileira, não pertence à “nação”.

Nação é uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, B., 2008) ou um “sistema de representação cultural” (HALL, 2015) e para fazer parte dela devemos nos comportar, agir e muitas vezes até possuir um estereótipo padrão. Isso implica em excluir quem não faz parte dela, a fim de “limpá-la”. Excluir o “outro”, nesse sentido, é parte fundamental do processo de “purificação” da nação. Afinal, os fascistas têm uma identidade a ser zelada e ninguém pode ameaçá-la, para que enfim iniciem a sua “caminhada para o progresso”.

Até agora tratou-se a respeito do nacionalismo propagandista dos fascistas e consequentemente da exclusão de minorias. Hannah Arendt faz uma colocação importante a respeito de julgarmos alguém de fascista somente por algumas características que apresentam e que constituem o fascismo e os regimes que se propõem totalitaristas. Ela diz:

Quando a derradeira catástrofe cristalizante – a segunda Guerra Mundial – trouxe à tona essas correntes subterrâneas, surgiu a tendência de confundir o totalitarismo com os seus elementos e com suas origens, como se cada explosão de antisemitismo ou racismo pudesse ser *a priori* identificada como “totalitarismo”. Essa atitude é tão enganadora na busca da verdade histórica como é perniciosa para análise política. (ARENNDT, 2012, p. 22)

Hannah Arendt se dirigia ao caso da exclusão dos judeus da nação e sua perseguição na Alemanha, mas podemos trazer sua colocação para o Brasil também. Não se pode caracterizar como fascista ou totalitária uma ação unicamente racista, homofóbica, machista, nacionalista, contrária à esquerda ou que apresente alguma forma de discriminação religiosa simplesmente. O fascismo é um conjunto destes elementos e é necessário realizar uma análise bastante cuidadosa antes de concluir que um sujeito é de fato fascista ou não. No caso de algumas lideranças políticas do Brasil e de grande parte da população brasileira que os apoia, este conjunto de características está presente.

Ora, qual o problema em ser nacionalista? Ter amor à nação e utilizar-se de símbolos para representá-la é algo completamente comprehensível. O grande problema é quando este sentimento intensifica-se de forma que acaba implicando na exclusão e perseguição ao “outro” e quando o discurso nacionalista é utilizado em benefício de um determinado grupo, neste caso, a elite, o que propicia a perseguição de inimigos políticos de esquerda e qualquer grupo que ofereça resistência ao modelo político e econômico proposto por esta elite.

Contexto político do Brasil atual

No ano de 2013 eclodiram manifestações em diversas cidades do país alimentadas pelos protestos de São Paulo e Rio de Janeiro que contestavam o aumento do preço das passagens de ônibus. Elas representaram o ponto de partida de uma sequência de protestos que estão entre os maiores da história do país. Estas manifestações aumentaram consideravelmente sua dimensão e foram modificando o foco à medida que cada vez mais pessoas saíam às ruas para expressar sua insatisfação, em maior parte, com o governo federal.

Pode-se dizer que, primeiramente, as jornadas de 2013 contaram com a participação de movimentos sociais de esquerda e pessoas insatisfeitas com o preço da tarifa mas, à medida que a mídia iniciou a cobrir os protestos – que já não podiam mais ser ofuscados e que, inicialmente, foram duramente reprimidos pela polícia – parte da população das classes mais altas e médias do nosso país

e manifestantes e movimentos de direita começaram a tomar a frente na sua organização.

O fato é que, sem pauta específica, as manifestações de 2013 abriram espaço para todo e qualquer tipo de reivindicação política. Isto acabou revelando um certo extremismo e até uma despolitização das massas, uma vez que inúmeras das reivindicações e insatisfações expressas estavam direcionadas a quem não cabia resolvê-las. Iniciaram-se os pedidos de *impeachment* da presidente da república, pessoas pediam intervenção militar, novas eleições, a derrubada do governo atual sem uma proposta para o momento seguinte, etc.

Este processo de mobilização das massas continua até o presente momento. Reforçada pela crise econômica em que o país está inserido, há uma crise política profunda que acaba desvendando certos posicionamentos políticos outrora desconhecidos ou abafados devido a uma cultura conservadora de que política é algo que não deve ser discutido.

Nestas manifestações de extrema direita, por estar inserido em uma massa, o indivíduo considera-se isento de culpa por expressar qualquer sentença por mais preconceituosa, criminosa e antidemocrática que possa ser. Já em 1921, enquanto os movimentos fascistas estavam se formando na Europa, mas não tinham tomado conta de alguns países ainda, Sigmund Freud falava do comportamento do ser humano quando está dentro de uma massa. Ele ressalta:

Bastaria que disséssemos que na massa o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem se livrar dos recalcamentos de suas moções de impulso inconscientes. As qualidades aparentemente novas que ele então mostra são justamente as manifestações desse inconsciente, que, afinal, contém tudo o que há de malvado na alma humana; o desaparecimento da consciência moral ou do sentimento de responsabilidade nessas circunstâncias não oferece qualquer dificuldade para nossa compreensão. (FREUD, 2013, p. 44)

Mas, além destas manifestações de massa, o comportamento individual dos cidadãos também é algo que vem se tornando problemático nos últimos anos no Brasil, especificamente a partir de 2002, quando chegou ao poder um governo

com propostas de melhorias para a população desfavorecida socioeconomicamente. Com alguns avanços destas classes baixas, a elite e as classes médias acabaram ficando temerosas em relação aos seus privilégios, gerando manifestações extremistas e de ódio contra os partidos de esquerda e qualquer cidadão que não se enquadre dentro do padrão desenvolvido e imposto de “ser brasileiro”.

Assim, vemos nas ruas pessoas sendo hostilizadas por possuírem um pensamento político diverso ou mesmo um estereótipo “malvisto”. Vemos situações lastimáveis como a do menino que foi espancado e amarrado a um poste por três homens por ter cometido roubos e furtos na região do Flamengo (Rio de Janeiro), conforme publicou o site de notícias Extra, da rede Globo, no dia 03/02/14. Vemos também policiais e militares invadindo favelas, “conquistando o território”, também como foi expresso no site de notícias G1, da Globo, em 28/11/2010 e colocando no topo a bandeira do Brasil, como se aquele território antes não estivesse ocupado por brasileiros. Essas e outras inúmeras situações particulares demonstram a essência do fascismo viva na sociedade brasileira do século XXI.

Perry Anderson escreve sobre a crise no Brasil e as aspirações e funções de uma elite dentro da democracia em que vivemos:

Quando o Brasil emergiu após duas décadas de Ditadura Militar em meados dos anos 1980, esse sistema foi criado por uma classe política que se moldara sobre ela. Objetivamente, a sua função era (e ainda é) neutralizar a possibilidade de que a democracia levasse à formação de algum tipo de vontade popular que ameaçasse a grandeza da desigualdade brasileira, ao anestesiar as preferências eleitorais num miasma de disputas subpolíticas por vantagens venais. (ANDERSON, P., 2016, p. 07)

As implicações da educação bancária

Educação bancária é um modelo de educação bastante tradicional, evidenciado por Paulo Freire (2005), que consiste em considerar os alunos ou os “educandos” como recipientes que serão preenchidos pelas informações proferidas pelos seus professores ou “educadores”. Neste sentido, Freire não

considera que haja produção de conhecimento de fato, mas apenas “comunicados” que são transferidos de alguém que sabe para alguém que não sabe, sem qualquer estímulo de reflexão ou conexão com a realidade. Neste caso, os bons alunos são aqueles que aceitam a quantidade de conteúdos que lhes é narrado ou “depositado” sem que estabeleçam grandes resistências ou questionamentos.

No Brasil atual há uma tentativa de superação deste modelo educacional conservador. Grande parte das escolas têm o seu Projeto Político Pedagógico bastante progressista, visando desenvolver uma consciência crítica, propondo-se a considerar a realidade dos alunos ao estudarem os conteúdos programáticos. Raramente, nos dias de hoje, as aulas de história são estabelecidas a partir da decoração de datas. Não fica-se repetindo que o Brasil foi descoberto em 22 de abril de 1500, por exemplo.

O problema é que, apesar desta tentativa de superação do modelo tradicional e apesar da boa vontade de muitos professores, eles acabam praticando a educação bancária sem perceber, entre outras coisas devido às falhas na formação continuada de professores e à forte cultura do modelo tradicional. Assim, não decoram-se mais datas na aula de história, mas, muitas vezes, estudam-se conteúdos de forma que não é possível haver algum tipo de autonomia na produção de conhecimento, ou seja, de forma narrada. Paulo Freire escreve:

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. (FREIRE, 2005, p. 65)

Já se sabe que a educação bancária não estimula a criatividade nem o senso crítico dos cidadãos, o que impede que sejam agentes transformadores da sociedade e muito menos que consigam enxergar-se como tal. Mas a quem isto interessa? Quais são os objetivos desta comunicação ou narração de fatos desconexos?

Este tipo de educação está a serviço dos opressores, neste caso, as classes altas da sociedade brasileira. Obviamente, a conscientização dos educandos a respeito de questões políticas, econômicas e sociais não satisfaz os anseios da elite brasileira, pois dessa forma sairiam de uma posição que é confortável para ela. Ora, manter as classes baixas da sociedade servindo à elite parece ser o grande objetivo da educação bancária.

A partir do momento em que a educação bancária é superada, em benefício de uma educação problematizadora, existe a possibilidade de os sujeitos enxergarem-se na história e então passarem a agir para transformar a sua realidade. Transformar a realidade das classes baixas é exatamente o que a elite brasileira não tem interesse, mas sim transformar ou condicionar sua mentalidade. Paulo Freire também nos fala a respeito disso:

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro”. Sua solução, pois, não está em “integrar-se”, em “incorporar-se” a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se “seres para si”. [...] Este não pode ser, obviamente, o objetivo dos opressores. Daí que a “educação bancária”, que a eles serve, jamais possa orientar-se no sentido da conscientização dos educandos. (FREIRE, 2005, p. 70)

Contudo, verifica-se no Brasil atual uma grande parcela da população pobre e trabalhadora fazendo parte de manifestações e movimentos liberais de direita, de extrema direita e até fascistas. Estão, claramente, apoiando e realizando uma atuação política em protestos que não apresentam pautas e reivindicações que dizem respeito aos interesses desta classe trabalhadora. Mas

pode-se dizer que eles não estão sendo agentes transformadores de sua própria história, uma vez que estão atuando na política?

Em um momento de crise econômica e instabilidade política pelo qual o Brasil está passando, existe a vontade e a necessidade de manifestar-se por parte da população. Esta população, imersa no modelo bancário de educação, não tem possibilidade de participação no campo político, daí então encontrar-se em um drama por não poder atuar, logo em seguida, gera uma revolta por sentir-se impotente diante da conjuntura política. Desta maneira, querendo atuar, mas sem ferramentas e formação para isso, os oprimidos acabam manifestando-se como opressores ao incorporar sua visão de mundo. Isto os leva a pensar que estão de fato sendo agentes transformadores da história quando, na verdade, isto não passa de uma falsa percepção de atuação. Estão sendo submetidos, manipulados e utilizados.

Assim, comprehende-se que muitas das manifestações fascistas são resultado de uma falha no modelo educacional. A falta de consciência histórica pode gerar este tipo de pensamento. Mas devem ser feitas algumas ressalvas. A primeira é que ser fascista não significa não possuir consciência histórica. Parte da elite brasileira possui consciência histórica e é fascista, pois isso atende a seus interesses. A segunda é que a falta de consciência histórica não leva necessariamente as pessoas a aderirem ao fascismo, mas isso acaba tornando-se mais fácil devido à falta de senso crítico para analisar os discursos das lideranças políticas carismáticas. O grande foco deste trabalho é justamente considerar as manifestações fascistas e o apoio a elas por parte das classes que nada ganhariam com isso.

Aliada ao modelo de educação bancária, está a mídia hegemônica do país. Paul Virilio já inicia seu livro “A arte do motor” falando exatamente a respeito dos meios de comunicação. Ele diz:

Os meios de comunicação industriais se beneficiam de uma singular depravação das leis democráticas. Efetivamente, se a televisão e, por osmose, a imprensa, não gozam, *a priori*, da liberdade de anunciar notícias falsas, nossa legislação lhes concede por outro lado o poder exorbitante de mentir por

omissão, censurando e vetando aqueles que não lhes convêm ou possam prejudicar seus interesses. (VIRILIO, 1996, p. 11)

Mas, para que seja possível perceber este tipo de abordagem da mídia é necessário ter uma carga de conteúdo de história. Não trata-se, aqui, de desqualificar um posicionamento por ele ser contrário ao que acreditamos. Realizar críticas e afirmações somente a partir de uma filiação ideológica não faz sentido algum. É necessário, primeiramente, ter contato com os conteúdos, ler, pesquisar, aprofundar-se e dispender tempo para isso para que se possa desenvolver a noção de processo e devir histórico, que facilitarão a formação de um senso crítico mais fundamentado e a percepção de que somos sujeitos histórico/agentes políticos.

Cada estudante precisa se perceber, de fato, como sujeito histórico, e isso só se consegue quando ele se dá conta dos esforços que nossos antepassados fizeram para chegarmos ao estágio civilizatório no qual nos encontramos. Para o mal, mas também para o bem, afinal de contas. Humanizar o homem é percebê-lo em sua organização social de produção, mas também no conteúdo específico dessa produção. E, para o momento específico em que vivemos, no começo do século XXI, isso é particularmente importante. (PINSKY, J., PINSKY, C., 2005, p. 21)

Assim, comprehende-se a importância do estudo aprofundado da história, que tende a reduzir ou até mesmo eliminar a formação de juízos de valor e posicionamentos ideológicos sem base formados a partir de meios de comunicação e leituras rasas de textos em sites de pesquisa na internet ou revistas, tanto para a direita quanto para a esquerda. O estudo de história proporciona a construção lenta e gradual, porém, consistente, de uma consciência crítica perante os acontecimentos políticos e sociais da humanidade.

Considerações finais

A partir do que foi abordado neste trabalho, é possível compreender que há na sociedade brasileira do século XXI uma série de elementos fascistas.

Racismo, xenofobia, LGBTfobia, preconceito religioso, preconceito de classe, nacionalismo exacerbado, anticomunismo (que se aplica à perseguição a todo e qualquer tipo de resistência de esquerda), além de autoritarismo e processos antidemocráticos.

Estas as características se assemelham às do fascismo italiano ou o nazismo alemão – que chegou até a “Solução Final” ou seja, o Holocausto. O mais problemático disso tudo é que estes regimes são considerados por uma parcela da população como uma aberração, como se não fizesse parte do “curso normal” da história. Esta concepção equivocada traz a ideia de que isto não pode se repetir e que está restrito àquele lugar e à população daquela época, isentando-se assim e toda e qualquer parcela de culpa.

Porém, foi demonstrado que o fascismo e, mais extremadamente, o Holocausto, resultaram sim da modernidade. A burocratização, a velocidade, a desumanização do “outro” com o auxílio da crise política e econômica propiciaram o efetivação do assassinato em massa.

Desta maneira, podemos compreender que muitos destes posicionamentos políticos do Brasil atual e a negação de que tal forma de agir é fascista, demonizando os regimes da Europa do século XX, resulta de uma falta de consciência histórica que tem, como um de seus principais responsáveis, a educação bancária. Esta, por sua vez, não procura desenvolver o senso crítico e nem a noção de processo e devir histórico, realizando, somente, o “depósito” de conteúdos nos alunos.

É importante salientar que uma educação reflexiva não se faz com afirmações baseadas em posicionamentos ideológicos. Uma educação reflexiva necessita do estudo aprofundado dos conteúdos de história e isso acontece de forma muito lenta e gradual, justamente para que se possa ter posicionamentos concretos e bem fundamentados.

Além disso, não trata-se de levar “a verdade histórica” para que se mude de posição política e não se tenha um modo de pensar e agir fascista. E sim, trata-se de propiciar uma reflexão sobre a história e sobre nossos atos, para que possamos agir de forma coerente e consciente.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** / tradução Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDERSON, Perry: **A crise no Brasil** – Blog da Boitempo. Disponível em: <<https://blogdabotempo.com.br/2016/04/21/perry-anderson-a-crise-no-brasil/>> acesso em 02 de maio de 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto.** / tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu.** / revisão técnica e prefácio de Edson Sousa; ensaio bibliográfico de Paulo Endo e Edson Sousa. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.
- G1. **Polícia ocupa favelas do Alemão, prende traficantes a apreende drogas.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/no-3-dia-de-cerco-policia-passa-ocupar-o-conjunto-do-alemao.html>> acesso em 15/04/2016
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** / tradução de Tomaz Tadeus da Silva & Guacira Lopes Louro. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX, 1914-1991. / tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LUCCIOLA, Luísa. **Adolescente atacado por grupo de ‘justiceiros’ é preso a um poste por uma trava de bicicleta, no Flamengo.** Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/adolescente-atacado-por-grupo-de-justiceiros-preso-um-poste-por-uma-trava-de-bicicleta-no-flamengo-11485258.html#ixzz4AH9fD0W4>> acesso em 15/04/2016.
- MANN, Michael. **Fascistas.** / tradução de Clóvis Marques. – Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassenzi. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 17-36.